



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Conselho Gestor do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional

ATA

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DO PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO COM BACIAS HIDROGRÁFICAS DO NORDESTE SETENTRIONAL - CGPISF

Aos três dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro, com início às catorze horas e trinta minutos, em sua sede na Esplanada dos Ministérios - Bloco E, 6º andar, sala 615, Brasília/DF, e virtual por meio do *Microsoft Teams*, foi realizada a **2ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (CGPISF)**. A reunião foi organizada pelo Departamento de Projetos Estratégicos e presidida pelo Diretor do Departamento de Projetos Estratégicos, Sr. Bruno Cravo Alves, na qualidade de Suplente do Presidente do CGPISF, Sr. Giuseppe Serra Seca Vieira. Estiveram presentes os seguintes representantes titulares: Alfredo Assis de Carvalho, do Ministério da Fazenda (MF), Zarak de Oliveira Ferreira, do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO) e José Maciel Nunes de Oliveira, do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF); e suplentes: Bruno Cravo Alves, do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR), Irani Braga Ramos, da Casa Civil da Presidência da República (CC-PR), Wilson Rodrigues de Melo Junior, do Ministério de Minas e Energia (MME), Alexandre Resende Tofeti, do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), Paulo Sidney Gomes Silva, do Estado do Rio Grande do Norte (RN), Porfirio Catão Cartaxo Loureiro, do Estado da Paraíba (PB) e Suzana Maria Gico Lima Montenegro, do Estado de Pernambuco (PE). A reunião foi aberta pelo Suplente do Presidente do CGPISF, Sr. Bruno Cravo Alves (MIDR) que deu as boas-vindas e agradeceu a presença de todos, o qual destacou a relevância do CGPISF, principalmente no cumprimento das suas competências, ressaltando seu papel em ser produtivo, indo além de apenas existir. Em seguida, passou a palavra ao Sr. Stanley Rodrigues Bastos (MIDR), Secretário Executivo do CGPISF, que procedeu com a chamada de presença dos Conselheiros. Após introdução feita por cada um presente, o Sr. Paulo Sidney Gomes Silva (RN) informou que o Conselheiro Titular do RN, Sr. Paulo Lopes Varella Neto, não poderia participar da reunião em virtude de deslocamento à Brasília para participação em reunião no Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH). Em seguida, o Sr. Stanley Rodrigues Bastos (MIDR) realizou uma apresentação da pauta da reunião. O primeiro item, *"Assinatura da Ata da 1ª Reunião"*, foi submetido para eventuais sugestões de ajustes. O Sr. Irani Braga Ramos (CC-PR) indicou que houvessem os seguintes ajustes: i) substituir: *"com o indicativo de se discutir as competências dos membros e outro ao Presidente para que institua um Grupo de Trabalho para que se discuta a composição do Conselho"* por *"com o indicativo de o Presidente instituir um Grupo de Trabalho para discutir as competências dos membros e outro para que se discuta a composição do Conselho"*; *"comentou que o Decreto de 2019 extinguiu os conselhos"* por *"comentou que o Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, extinguiu os conselhos"*; e adicionar *"Sr."* antes de *"Paulo Lopes Varella Neto"* em linha que estava faltando. Após, não foram apresentadas novas sugestões ou observações à ata da reunião anterior, tendo sido aprovada. Encerrando este item, o Sr. Stanley Rodrigues Bastos (MIDR) reforçou a importância de os Conselheiros efetuarem o cadastro externo no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), a fim de viabilizar a assinatura das atas das reuniões. O segundo item, *"Aprovação das Diretrizes do PGA"*, foi submetido ao plenário para deliberação. Anteriormente, o instrumento havia sido aprovado apenas pela Câmara Técnica do Plano de Gestão Anual (PGA) e publicado em caráter de urgência pelo Presidente do CPISF, em razão do cronograma de elaboração do PGA. Foi solicitado a validação do ato e a manifestação de eventuais conselheiros

contrários à aprovação das diretrizes do PGA para o ano de 2025. O Sr. Paulo Sidney Gomes Silva (RN) pediu para que fosse feita a leitura da resolução a fim de verificar se as observações apresentadas haviam sido atendidas. Após a leitura integral da resolução, não houve manifestações contrárias, e a resolução foi aprovada pelo plenário. O terceiro item, *"Propostas de Alterações no Regimento Interno do CGPISF"*, tratou das mudanças relacionadas às competências do Conselho, em conformidade com a nova redação do Art. 6º do Decreto nº 5.995/2006, estabelecida pelo Decreto nº 12.156/2024. Entre as alterações, foi destacado a proposta apresentada pelo MIDR de incluir como competência da Câmara Técnica específica do PGA, quando existente, a aprovação das diretrizes do PGA a fim de conferir maior celeridade ao processo de aprovação e publicação. Também foi apresentada a alteração promovida pelo Decreto nº 12.156/2024 no Art. 11 do Decreto nº 5.995/2006, que modifica a modalidade das reuniões presenciais do CGPISF, antes realizadas exclusivamente no Distrito Federal, e que poderão a partir de agora ocorrer em local a ser definido pelo Presidente. Sobre a Câmara Técnica do PGA, o Sr. Stanley Rodrigues Bastos (MIDR) ressaltou que os conselheiros interessados em participar devem manifestar-se para serem incluídos. O Sr. Irani Braga Ramos (CC-PR) sugeriu à Secretaria Executiva que, considerando a relevância da Câmara Técnica, seja encaminhado um lembrete anual aos membros, permitindo que atualizem suas posições ou manifestem interesse em participar. Em seguida, o Sr. Paulo Sidney Gomes Silva (RN) reiterou que, durante a 1ª Reunião, foi observado que o Regimento Interno contemplava apenas a participação do CBHSF no CGPISF, sem incluir os comitês das bacias receptoras e destacou que, na ocasião, foi aventada a possibilidade de um "rodízio" na forma de participação, tema que também foi pauta do Encontro Regional de Comitês de Bacia, realizado em João Pessoa/PB e no Encontro Estadual de Comitês de Bacias do RN, a qual essa proposição foi novamente levantada, e que seria discutida no CGPISF. Por fim, questionou se houve algum encaminhamento sobre essa posição. O Sr. Stanley Rodrigues Bastos (MIDR) esclareceu que, conforme mencionado na 1ª Reunião, a substituição dos entes que compõem o CGPISF não é realizada por meio do Regimento Interno, mas sim por alteração do Decreto nº 5.995/2006, a ser proposta e encaminhada à Presidência da República. Além disso, destacou que não há, na pauta desta reunião, nenhum item destinado a tratar desse tema. O Sr. Bruno Cravo Alves (MIDR) argumentou que o CGPISF pode avaliar a questão e fazer sugestões, mas destacou que se trata de uma alteração no Decreto nº 5.995/2006. Em complemento, o Sr. Irani Braga Ramos (CC-PR) lembrou que, na 1ª reunião, havia sido indicado que seria criado um grupo de trabalho no âmbito do CGPISF para tratar dessa possível alteração. Dessa forma, caberia ao MIDR consolidar a proposta a ser encaminhada à CC-PR, partindo da redação elaborada por esse grupo de trabalho. O Sr. José Maciel Nunes de Oliveira (CBHSF) ressaltou que a criação do grupo de trabalho, por ser algo específico para discutir sua forma e composição, com o revezamento dos comitês das bacias receptoras, seria um grupo de trabalho provisório, com a finalidade de elaborar essa proposta para que o MIDR possa encaminhá-la à CC-PR. O Sr. Bruno Cravo Alves (MIDR), buscando compreender melhor a questão, questionou a pertinência da participação das bacias receptoras no CGPISF, argumentando que os recursos estão sendo retirados da bacia doadora do rio São Francisco, já representada no CGPISF, e destinados às bacias receptoras, sem que recursos sejam retirados destas. Dessa forma, a gestão no CGPISF concentra-se na retirada de recursos de uma região específica, o que justificaria a presença da bacia doadora. Por outro lado, as bacias receptoras poderiam desempenhar um papel mais ativo em outras instâncias, como na definição dos Planos Operativos Anuais (POAs), onde tratariam de suas necessidades de recursos e negociações com os Estados. Antes de avançar na discussão sobre a forma de participação, o Sr. Bruno Cravo Alves (MIDR) sugeriu avaliar a relevância dessa inclusão. O Sr. Paulo Sidney Gomes Silva (RN) argumentou que reduzir a discussão sobre a gestão de recursos hídricos à retirada de recursos de uma bacia doadora para outra receptora é uma abordagem simplista. Ressaltou que, de acordo com a Lei nº 9.433/1997, a gestão deve ser integrada, participativa e democrática, envolvendo todos os atores na administração dos recursos, incluindo os que participarão da gestão da água transportada do rio São Francisco, e que essa perspectiva foi amplamente debatida no Encontro Regional de Comitês de Bacia, realizado em João Pessoa/PB, resultando na proposta de inclusão das bacias receptoras no CGPISF. Informou que mesmo não participado diretamente do evento, enfatizou que a ideia baseia-se nas diretrizes da Política Nacional de Recursos Hídricos. Por fim, sugeriu que o grupo de trabalho aprofunde essa discussão, permitindo que os comitês das bacias receptoras interessados enviem contribuições para enriquecer o debate. O Sr. José Maciel Nunes de Oliveira (CBHSF) reiterou que durante o evento dos comitês de bacias do Nordeste, uma das principais reivindicações foi a reintegração dos comitês das bacias receptoras ao CGPISF. Lembrou ainda que, no Governo anterior, vários conselhos foram extintos, incluindo o CGPISF e apesar de terem participado inicialmente, os

comitês das bacias receptoras foram retirados do processo, sem saber os motivos. O Sr. Stanley Rodrigues Bastos (MIDR), em suporte ao Sr. Bruno Cravo Alves (MIDR) destacou que o CGPISF tem um viés operacional voltado para a gestão de um projeto de segurança hídrica, como a captação de água do rio São Francisco, justificando a presença da bacia doadora no conselho. Enfatizou que os comitês das bacias receptoras já têm participação garantida em outras instâncias, como no CNRH, que aborda a gestão integrada de recursos hídricos, e no processo de elaboração dos instrumentos de gestão estaduais, onde são diretamente ouvidas como demandantes. Por fim, enfatizou que o CGPISF não deve assumir funções que competem a outras entidades, reforçando seu foco no projeto de engenharia e segurança hídrica. Em complemento, o Sr. Bruno Cravo Alves (MIDR) sugeriu que os comitês das bacias receptoras participem do grupo de monitoramento do PISF, onde poderiam acompanhar o dia a dia das operações do projeto. Ressaltou a importância da participação das bacias e da sociedade em geral no acompanhamento do sistema de transporte de água, mas ponderou que a inclusão dos comitês das bacias receptoras no CGPISF talvez não seja o espaço mais adequado para essa discussão. Propôs, ainda, a criação de um grupo de trabalho para debater a pertinência desta participação. O Sr. Irani Braga Ramos (CC-PR) destacou que, no momento, não é apropriado deliberar sobre o assunto, pois a discussão ainda está em um estágio inicial. Enfatizou sobre a necessidade de formar um grupo de trabalho, considerando os argumentos já apresentados, e reforçou a importância de sua criação para aprofundar o debate. O Sr. José Maciel Nunes de Oliveira (CBHFS) ressaltou que o entendimento sobre a participação deve ser ajustado, pois a estrutura do CGPISF mudou, e agora há uma abordagem diferente. Esclareceu que isso não impede a participação dos comitês das bacias receptoras no processo, sugerindo que elas contribuam, por exemplo, no acompanhamento do PISF, o que proporcionaria acesso a informações importantes. Destacou, ainda, que, conforme apresentado, as bacias receptoras se sentiram isoladas, e isso precisa ser considerado. O Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior (MME) destacou a importância de discutir se o CGPISF é realmente o ambiente mais adequado para abordar a participação dos comitês das bacias receptoras, considerando a recente alteração do Decreto nº 5.995/2006, que retirou do CGPISF a competência de alocação das vazões, o que enfraquece a necessidade de representação direta dos comitês das bacias receptoras no CGPISF. Sugeriu que esse *feedback* fosse levado pelo Sr. Paulo Sidney Gomes Silva (RN) aos comitês, destacando que o CGPISF atual possui funções mais voltadas ao acompanhamento de questões operacionais, o que reduz a necessidade de uma participação direta dos comitês das bacias receptoras. A Sra. Suzana Maria Gico Lima Montenegro (PE) concordou com a criação de grupo de trabalho para discussão do tema. O Sr. Stanley Rodrigues Bastos (MIDR) certificou em deixar registrado na ata a criação de um grupo de trabalho ou câmara técnica para tratar do assunto e de levar ao Presidente do CGPISF para sua deliberação. Ao término da discussão dos comitês das bacias receptoras, não houve manifestações contrárias aos ajustes propostos no Regimento Interno, sendo aprovadas as alterações sugeridas. Dando sequência à pauta da reunião, foi apresentado o quarto item, *"Apresentação do Grupo de Trabalho do rio Piranhas-Açu"*, pelo Sr. Gilliard Nunes Silva (MIDR), que representou o Sr. Jimmu de Azevedo Ikeda (MIDR), coordenador do referido grupo de trabalho. Foi informado que está sendo programada uma visita técnica de campo na segunda quinzena de janeiro para avaliar, *in loco*, as seções de controle sugeridas pela ANA e validadas pelos Estados, a fim de realizar medições de vazões nesses pontos ou em outros que venham a ser definidos posteriormente. Após a apresentação sobre o andamento do grupo de trabalho, o Sr. Bruno Cravo Alves (MIDR) complementou que o principal objetivo do grupo de trabalho é definir os procedimentos operacionais do Rio Piranhas, estabelecendo as responsabilidades e as ações a serem realizadas por cada agente. Enfatizou a importância de não direcionar todos os esforços apenas à medição de vazão, cuja discussão deve ser tratada separadamente, e destacou também a necessidade de criar diretrizes procedimentais, considerando dois cenários: um sem medidores de vazão nos próximos dois anos e outro com a instalação desses equipamentos nas áreas de divisa e confluência dos rios. O Sr. Paulo Sidney Gomes Silva (RN) destacou que a solução proposta pelo grupo de trabalho será provisória, enfatizando que a resolução definitiva para garantir que a água liberada na Paraíba chegue ao Rio Grande do Norte dependerá da instalação de portais de medição. Ressaltou a importância desses equipamentos, incluindo um previsto para a divisa entre os estados da PB e RN, para verificar se os volumes solicitados estão sendo entregues e, caso necessário, ajustar as vazões. Por fim, reforçou a urgência de ações imediatas enquanto os portais de medição não são implementados. O Sr. Stanley Rodrigues Bastos (MIDR) destacou, com base na fala do Sr. Bruno Cravo Alves (MIDR), que haverá dois procedimentos distintos para a gestão do rio Piranhas: um transitório, a ser adotado enquanto os medidores de vazão não forem instalados, e outro definitivo, que

entrará em vigor após a implementação desses equipamentos. Ressaltou que o procedimento inicial será substituído pelo definitivo assim que os medidores estiverem operacionais, garantindo maior precisão no controle das vazões. O Sr. Porfirio Catão Cartaxo Loureiro (PB) destacou que os reservatórios Engenheiro Avidos e São Gonçalo, ambos de gestão federal, estão sob a responsabilidade da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), que também é a instituição outorgante. Observou que, apesar da conclusão recente das obras no reservatório Engenheiro Avidos, a água liberada até o momento foi destinada exclusivamente à alocação negociada de água desses reservatórios, sem atender às demandas do Rio Grande do Norte, e enfatizou que a gestão envolve tanto responsabilidades estaduais quanto federais. Por fim, destacou a importância de avançar na gestão compartilhada das águas no trecho intermitente do Rio Piranhas, envolvendo o estado da Paraíba, o Rio Grande do Norte e a ANA, ressaltando que o grupo de trabalho deve focar em como operacionalizar essa gestão, considerando as outorgas já concedidas pela ANA e a necessidade de pactuação com os estados. É essencial resolver a equação complexa de responsabilidades e competências no uso da água, garantindo coordenação entre os atores envolvidos. O Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior (MME) entende que, caso o Grupo de Trabalho do rio Piranhas-Açu ache pertinente, o serviço geológico brasileiro pode vir a contribuir para as discussões deste GT, inclusive na avaliação das questões relacionadas às medições e à definição que o grupo está buscando. Destacou que, caso seja do interesse do MIDR, a inclusão da CPRM no GT pode ser uma proposta a ser considerada, trazendo colaboração para os debates e, se for pertinente, o MME poderia indicar representantes da CPRM para participar do GT. Por fim, ressaltou que a CPRM possui grande expertise na avaliação e no monitoramento hidrológico e fluvial e que, em colaboração com a ANA, pode contribuir significativamente para o avanço das discussões. Em seguida, no quinto item *"Tratativas sobre o Grupo de Trabalho de Acompanhamento do PISF"*, o Sr. Stanley Rodrigues Bastos (MIDR) informou que na última reunião ordinária foi aprovada a criação do Grupo de Trabalho de Acompanhamento. No entanto, apesar do envio de e-mails aos conselheiros solicitando a indicação de participantes, a adesão foi baixa. Reforçou o apelo para que os membros do CGPISF encaminhem as indicações de representantes, destacando que o convite será reenviado. Relatou que houve conversas com a ANA para alinhar as competências, considerando que tanto o CGPISF quanto a ANA têm responsabilidades relacionadas ao acompanhamento da implantação e operação do PISF. Destacou a importância da indicação dos representantes para que a discussão no âmbito do grupo de trabalho seja iniciada para avaliar qual formato vai ser adotado a fim de exercer sua competência de acompanhamento. O Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior (MME) lembrou que a ANA assumiu com competência a criação de um grupo de acompanhamento do PISF, em resposta à ausência temporária do CGPISF, e que, na reunião passada, foi decidido criar um grupo de trabalho, com a expectativa de que o grupo previamente formado pela ANA fosse absorvido aos trabalhos agora coordenados pelo CGPISF. O Sr. Stanley Rodrigues Bastos (MIDR) complementa que a ANA será convidada a participar desse grupo de trabalho. O Sr. Bruno Cravo Alves (MIDR) sugeriu que esta pode ser uma oportunidade para ampliar a participação, incluindo, além dos representantes estaduais, os comitês de bacia e outros setores da sociedade interessados, tornando o grupo um espaço mais inclusivo para o monitoramento e acompanhamento do projeto. O Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior (MME) concluiu que, sem prejuízo das reuniões mensais realizadas pela ANA, é importante iniciar as reuniões do Grupo de Trabalho com enfoque público, incluindo, se possível, transmissões pelo YouTube para garantir publicidade de forma transparente. Ele destacou que o grupo pode assumir o papel de dar visibilidade às obras, aos debates no CGPISF e às atividades dos comitês das bacias receptoras, alinhando-se às discussões anteriores. Por fim, o sexto item *"Proposta de criação de Grupo de Trabalho para tratar da medição dos volumes disponibilizados ao Estado do Rio Grande do Norte por meio do rio Piranhas"*, o Sr. Irani Braga Ramos (CC-PR) perguntou se a criação desse grupo não estaria se sobrepondo ao Grupo de Trabalho do rio Piranhas-Açu e se esse assunto não poderia ser um produto a ser entregue pelo outro grupo. O Sr. Bruno Cravo Alves (MIDR) explicou que o escopo do outro grupo de trabalho é mais amplo, enquanto esta é uma questão muito específica que precisa ser resolvida, mesmo sem um arranjo completo definido sobre as responsabilidades de cada parte. Foi destacado que o operador terá que enfrentar essas questões para evitar impasses, como no caso do fornecimento de água, caso não haja medição adequada. Enfatizou ainda que o tema em discussão é específico e está relacionado à medição, como a aferição da vazão, enquanto o outro grupo trata de questões mais abrangentes, como a gestão da calha do rio. O Sr. Paulo Sidney Gomes Silva (RN) informa que ainda tem dificuldades em visualizar a diferença entre os dois GTs, mesmo com toda a explicação, mas acredita que um seja consequência do outro e não se opõe

a criação. Ao final da discussão, não houve manifestações contrárias à criação do grupo de trabalho, ficando a cargo da Secretaria Executiva o envio de e-mails para solicitação de indicações e a execução dos trabalhos necessários à sua formalização. Após, foi aberta a palavra a todos para contribuições finais. O Sr. Irani Braga Ramos (CC-PR) relembrou a intensa discussão na reunião anterior sobre a comunicação do PISF, incluindo questões relacionadas à publicidade, combate à desinformação e *fake news* e informou que a Secretaria Especial do Programa de Aceleração do Crescimento (SEPAC) conta com uma nova assessoria de comunicação e sugeriu que, caso os Estados e os colegas do Ministérios tenham interesse, pode ser promovida uma ação de comunicação focada. O Sr. Alexandre Resende Tofeti (MMA) destacou que a complexidade do sistema do PISF passa despercebida pela população em geral, e como visitar o PISF é uma experiência única, capaz de revelar a grandiosidade e os desafios do projeto, algo que poucos compreendem, inclusive dentro do próprio Governo. Enfatizou a necessidade de fortalecer, em 2025, uma estratégia de comunicação mais abrangente. O Sr. Bruno Cravo Alves (MIDR) contribui que o grupo de acompanhamento deve contar com o auxílio da Assessoria de Comunicação do MIDR para que alcance a população em geral, além do apoio da equipe de comunicação da CC-PR. O Sr. Wilson Rodrigues de Melo Junior (MME) informou que, recentemente, foi publicada uma reportagem no site do MIDR sobre os 10 anos do primeiro bombeamento do PISF, mas observou que a notícia está pouco destacada. Por fim, sugeriu que a equipe de comunicação da CC-PR pudesse dar maior visibilidade à publicação. Por fim, o Sr. Bruno Cravo Alves (MIDR) perguntou ao Sr. Irani Braga Ramos (CC-PR) se haveria alguma agenda para assinatura dos Contratos com os Estados. O Sr. Irani Braga Ramos (CC-PR) informou que foi alcançada uma ampla convergência técnica, com manifestações positivas de todas as procuradorias. Acrescentou que o tema está sendo tratado pelas autoridades políticas, incluindo governadores e ministros, para que, em conjunto, definam as datas. Por fim, destacou que a Presidência da República trabalha com a previsão de realizar a assinatura ainda em 2024. Encerrando a reunião, o Sr. Bruno Cravo Alves (MIDR) informou que o Presidente do CGPISF, Sr. Giuseppe Serra Seca Vieira, participou do evento de assinatura da ordem de serviço para a duplicação do Eixão das Águas, no Ceará. Por fim, agradeceu a todos os participantes, destacou que os encaminhamentos necessários serão conduzidos pelo Secretário Executivo, Sr. Stanley Rodrigues Bastos (MIDR), e reiterou seus agradecimentos a todos. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, da qual, para constar, eu, Stanley Rodrigues Bastos, lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada, vai por todos assinada eletronicamente.



Documento assinado eletronicamente por **Suzana Maria Gico Lima Montenegro**, Usuário Externo, em 03/07/2025, às 14:06, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Irani Braga Ramos**, Usuário Externo, em 05/07/2025, às 11:06, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **zarak de oliveira ferreira**, Usuário Externo, em 07/07/2025, às 09:53, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Alfredo Assis de Carvalho**, Usuário Externo, em 07/07/2025, às 14:28, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Porfirio Catão Cartaxo Loureiro**, Usuário Externo, em 08/07/2025, às 09:43, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Resende Tofeti, Usuário Externo**, em 08/07/2025, às 10:52, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **JOSE MACIEL NUNES DE OLIVEIRA, Usuário Externo**, em 10/07/2025, às 11:37, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Rodrigues de Melo Junior, Usuário Externo**, em 01/08/2025, às 12:22, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Cravo Alves, Diretor(a) do Departamento de Projetos Estratégicos**, em 04/08/2025, às 16:48, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **5493697** e o código CRC **E7B56F56**.